



**ACÓRDÃO Nº356/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11849/2018.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Instituto de Saúde da Criança do Amazonas – ICAM.
- 4- **Exercício:** 2017.
- 5- **Responsável:** Alessandra dos Santos (Ordenador de Despesa), Christianny Costa Sena (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 1769/2020-DMP, Dr. Roberto Cavalcanti Krichanã da Silva, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheira Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Instituto de Saúde da Criança do Amazonas - ICAM. Exercício de 2017.

*Revelia. Irregularidade. Multa. Alcance.  
Determinação.*

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto da Excelentíssima Senhora Conselheira-Relatora, que acatou, em sessão, o voto-destaque do conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

**10.1. Considerar revel a Sra. Christianny Costa Sena**, Presidente do Instituto de Saúde da Criança do Amazonas - ICAM e Ordenadora de Despesas, no período de 01.01.2017 a 31.10.2017, de acordo com o §4º., do inciso III, do artigo 20, da Lei Orgânica TCE/AM nº. 2423/1996.

**10.2. Julgar irregular a Prestação de Contas Anual do Instituto de Saúde da Criança do Amazonas - ICAM**, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade da **Sra. Christianny Costa Sena**, Presidente do Instituto de Saúde da Criança do Amazonas - ICAM e Ordenadora de Despesas, no período de 01.01.2017 a 31.10.2017, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.



**ACÓRDÃO Nº356/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.3. Julgar irregular** a Prestação de Contas Anual do Instituto de Saúde da Criança do Amazonas - ICAM, referente ao exercício de 2017, de responsabilidade da **Sra. Alessandra dos Santos**, Presidente do ICAM e Ordenadora de Despesas, no período de 27.10.2017 a 31.12.2017, nos termos dos artigos 18, inciso II, da Lei Complementar nº. 06/1991, c/c o artigo 1º, inciso II, artigo 22, inciso III, alíneas “b” e “c”, todos da Lei 2423/1996 – LOTCE/AM e artigo 188, §1º, inciso III, alíneas “b” e “c”, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM.

**10.4. Aplicar Multa à Sra. Christianny Costa Sena**, Presidente do Instituto de Saúde da Criança do Amazonas - ICAM e Ordenadora de Despesas, no período de 01.01.2017 a 31.10.2017, no valor de **R\$ 15.000,00** (quinze mil reais), na forma prevista no artigo 1º, XXVI, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, nos termos do artigo 54, inciso V, da Lei nº. 2423/1996 – LOTCE/AM, c/c o artigo 308, inciso V, do RITCE, pelo cometimento das impropriedades listadas no Relatório/Voto, que deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias** para o Cofre Estadual através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo. Na hipótese de expirar o prazo, a importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996), ficando a DERE autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução 4/2002 – RITCE/AM.

**10.5. Aplicar Multa a Sra. Alessandra dos Santos** no valor de **R\$ 10.000,00** (dez mil reais), que deverá ser recolhida no **prazo de 30 (trinta) dias** para o Cofre Estadual através de dar avulso extraído do sítio eletrônico da SEFAZ/AM, sob o código 5508 - Multas aplicadas pelo TCE/AM - Fundo de Apoio ao Exercício do Controle Externo - FAECE.

Dentro do prazo anteriormente conferido, é obrigatório o encaminhamento do comprovante de pagamento (*autenticado pelo Banco*) a esta Corte de Contas (art. 72, inciso III, alínea "a", da Lei Orgânica do TCE/AM), condição imprescindível para emissão do Termo de Quitação. O não adimplemento dessa obrigação pecuniária no prazo legal importará na continuidade da cobrança administrativa ou judicial do título executivo. Na hipótese de



**ACÓRDÃO Nº356/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

expirar o prazo, a importância deverá ser atualizada monetariamente (artigo 55, da Lei nº. 2423/1996), ficando a DERED autorizada a adotar as medidas previstas no artigo 173 da Subseção III, da Seção III, do Capítulo X, da Resolução 4/2002 – RITCE/AM.

**10.6. Determinar à origem** que, nos termos do §2º, do artigo 188, do Regimento Interno, evite reincidir nas impropriedades relacionadas na Fundamentação deste Voto, corrigindo-as em futuras prestações de contas, quais sejam:

**10.6.1.** Ajuste de Termo Aditivo de Contrato não informado no e-Contas e no Sistema de Gestão de Contratos da SEFAZ (Demonstrativo de Ajustes/TCE);

**10.6.2.** Publicação fora do prazo determinado no parágrafo único do art. 61, da lei 8.666/93;

**10.6.3.** Ajuste assinado em determinada data e somente em outro período foi emitida a Nota de Empenho, portanto, Empenho a posteriori ferindo o art. 60, da lei 4.320/64;

**10.6.4.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesa: 33903007 – Gênero Alimentícios, utilizando-se, CEL (Compra Eletrônica) referência de Licitação, art. 24, II, da Lei 8.666/93, com indícios de fragmentação de despesa;

**10.6.5.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesa: 33903009 – Material Farmacológico, utilizando-se RDL (Registro de Dispensa de Licitação) / CEL (Compra Eletrônica), referência de Licitação, art. 24, II, da Lei 8.666/93, com indícios de fragmentação de despesa;

**10.6.6.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesa: 33903011 – Material Químico, utilizando-se RDL (Registro de Dispensa de Licitação) / CEL (COMPRA ELETRÔNICA), referência de Licitação, art. 24, II, da Lei 8.666/93, com indícios de fragmentação de despesa;

**10.6.7.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesa: 33903016 – Material de Expediente, utilizando-se CEL (Compra Eletrônica) / RDL (Registro de Dispensa de Licitação), referência de Licitação, art. 24, II, da Lei 8.666/93, com indícios de fragmentação de despesa;



**ACÓRDÃO Nº356/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.6.8.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesa: 33903017 – Material de Processamento de Dados, utilizando-se CEL (Compra Eletrônica) / RDL (Registro de Dispensa de Licitação), referência de Licitação, art. 24, II, da Lei 8.666/93, com indícios de fragmentação de despesa;

**10.6.9.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesa: 33903022 – Material de Limpeza e Produto de Higienização, utilizando-se CEL (Compra Eletrônica), referência de Licitação, art. 24, II, da Lei 8.666/93, com indícios de fragmentação de despesa;

**10.6.10.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesa: 33903024 – Material para Manutenção de Bens Imóveis, utilizando-se CEL (Compra Eletrônica), referência de Licitação, art. 24, II, da Lei 8.666/93, com indícios de fragmentação de despesa;

**10.6.11.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesa: 33903025 – Material para Manutenção de Bens Móveis, utilizando-se RDL (Registro de Dispensa de Licitação) / CEL (Compra Eletrônica), referência de Licitação, art. 24, II, da Lei 8.666/93, com indícios de fragmentação de despesa;

**10.6.12.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesa: 33903026 – Material Elétrico e Eletrônico, utilizando-se CEL (Compra Eletrônica), referência de Licitação, art. 24, II, da Lei 8.666/93, com indícios de fragmentação de despesa;

**10.6.13.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesa: 33903036 – Material Hospitalar, utilizando-se RDL (Registro de Dispensa de Licitação) / CEL (Compra Eletrônica), referência de Licitação, art. 24, II, da Lei 8.666/93, com indícios de fragmentação de despesa;

**10.6.14.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesa: 33903916 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, utilizando-se RDL (Registro de Dispensa de Licitação), referência de Licitação, art. 24, I, II, da Lei 8.666/93, com indícios de fragmentação de despesa;

**10.6.15.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesa: 33903917 – Manutenção e Conservação de Maquinas e Equipamentos, utilizando-se CEL (Compra Eletrônica) / RDL



**ACÓRDÃO Nº356/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

(Registro de Dispensa de Licitação), referência de Licitação, art. 24, II, da Lei 8.666/93, com indícios de fragmentação de despesa;

**10.6.16.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesa: 33903920 – Manutenção/Conservação Bens Móveis de Outras Natureza, utilizando-se RDL (Registro de Dispensa de Licitação) / CEL (Compra Eletrônica), referência de Licitação Art. 24, II, da Lei 8.666/93, com indícios de fragmentação de despesa;

**10.6.17.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesa: 33903950 – Serviços Med. Hospitalar, Odont. E Laboratoriais, utilizando-se RDL (Registro de Dispensa de Licitação), referência de Licitação Art. 24, II, da Lei 8.666/93, com indícios de fragmentação de despesa;

**10.6.18.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesa: 33903963 – Serviços Gráficos, utilizando-se RCD (Registro de Compra Direta), referência de Licitação Art. 24, II, da Lei 8.666/93, com indícios de fragmentação de despesa;

**10.6.19.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesa: 33903995 – Manutenção e Cons. em Equipamentos de Processamento de Dados, utilizando-se RCD (Registro de Compra Direta), referência de Licitação Art. 24, II, da Lei 8.666/93, com indícios de fragmentação de despesa;

**10.6.20.** Despesa Empenhada na Natureza de Despesa: 33909209 – Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica, Utilizando-se RD (Reconhecimento de Dívida), Nota de Empenho emitida para pagamento de Despesa relativa a Serviços de assistência médica ambulatorial e hospitalar. duração do contrato além do prazo estipulado no art. 57, inciso ii, da lei 8.666/93;

**10.6.21.** Despesa Empenhada na Natureza de Despesa: 33909293 – Indenizações e Restituições, Utilizando-se RD (Reconhecimento de Dívida), Nota de Empenho emitida para pagamento de Despesa relativa a Serviços de alimentação preparada. duração do contrato além do prazo estipulado no art. 57, inciso ii, da lei 8.666/93;



**ACÓRDÃO Nº356/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.6.22.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesas 33909301 – Indenizações, sem procedimentos licitatório, sem cobertura contratual e emissão de empenhos a posteriori. duração do contrato além do prazo estipulado no art. 57, inciso ii, da lei 8.666/93;

**10.6.23.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesas 33909301 – Indenizações, sem procedimentos licitatório, sem cobertura contratual e emissão de empenhos a posteriori, duração do contrato além do prazo estipulado no art. 57, inciso II, da lei 8.666/93;

**10.6.24.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesas 33909301 – Indenizações, sem procedimentos licitatórios, sem cobertura contratual e emissão de empenhos a posteriori;

**10.6.25.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesa: 44905208 – Aparelhos, Equip/Utens. Médicos, Odont. Laborat. e Hospitalares, utilizando-se CEL (Compra Eletrônica), referência de Licitação Art. 24, II, da Lei 8.666/93, com indícios de fragmentação de despesa;

**10.6.26.** Pagamento de encargos sociais com atraso, gerando acréscimos decorrentes de multas e juros, quando deveria efetua-los na data do vencimento;

**10.6.27.** Pagamentos de encargos sociais com atraso, gerando acréscimos decorrentes de multas e juros, quando deveria efetua-los na data do vencimento;

**10.6.28.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesa: 33903011 – Material Químico, utilizando-se RDL (Registro de Dispensa de Licitação) / CEL (compra eletrônica), referência de Licitação, art. 24, II, da Lei 8.666/93, com indícios de fragmentação de despesa;

**10.6.29.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesa: 33903016 – Material de Expediente, utilizando-se CEL (Compra Eletrônica) / RDL (Registro de Dispensa de Licitação), referência de Licitação, art. 24, II, da Lei 8.666/93, com indícios de fragmentação de despesa;





**ACÓRDÃO Nº356/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.6.30.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesa: 33903025 – Material para Manutenção de Bens Móveis, utilizando-se RDL (Registro de Dispensa de Licitação) / CEL (Compra Eletrônica), referência de Licitação, art. 24, II, da Lei 8.666/93, com indícios de fragmentação de despesa;

**10.6.31.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesa: 33903036 – Material Hospitalar, utilizando-se RDL (Registro de Dispensa de Licitação) / CEL (Compra Eletrônica), referência de Licitação, art. 24, II, da Lei 8.666/93, com indícios de fragmentação de despesa;

**10.6.32.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesa: 33903916 – Manutenção e Conservação de Bens Imóveis, utilizando-se RDL (Registro de Dispensa de Licitação), referência de Licitação, art. 24, I, II, da Lei 8.666/93, com indícios de fragmentação de despesa;

**10.6.33.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesa: 33903917 – Manutenção e Conservação de Maquinas e Equipamentos, utilizando-se CEL (Compra Eletrônica) / RDL (Registro de Dispensa de Licitação), referência de Licitação, art. 24, II, da Lei 8.666/93, com indícios de fragmentação de despesa;

**10.6.34.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesa: 33903950 – Serviços Med. Hospitalar, Odont. E Laboratoriais, utilizando-se RDL (Registro de Dispensa de Licitação), referência de Licitação, art. 24, II, da Lei 8.666/93, com indícios de fragmentação de despesa;

**10.6.35.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesa: 33903963 – Serviços Gráficos, utilizando-se RCD (Registro de Compra Direta), referência de Licitação, art. 24, II, da Lei 8.666/93, com indícios de fragmentação de despesa;

**10.6.36.** Despesas empenhadas na Natureza de Despesas 33909301 – Indenizações, sem procedimentos licitatórios, sem cobertura contratual e emissão de empenhos a posteriori.



**ACÓRDÃO Nº356/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

**10.7. Determinar** à Secretaria do Tribunal Pleno que, após a ocorrência da coisa julgada, nos termos dos artigos 159 e 160, da Resolução nº. 04/2002 – RITCE/AM, adote as providências do artigo 162, §1º, do RITCE.

*Deixaram de ser aplicados os Alcances às Gestoras em decorrência do voto-destaque do Conselheiro Érico Xavier Desterro e Silva, o qual foi acatado em sessão pela Relatora.*

**11- Ata:** 11ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

**12- Data da Sessão:** 20 de Abril de 2021.

**13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos, Josué Cláudio de Souza Neto e Alber Furtado de Oliveira Júnior (Convocado).

**14- Representante do Ministério Público de Contas:** Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

**MARIO MANOEL COELHO DE MELLO**  
Conselheiro-Presidente

**YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS**  
Conselheira Relatora

**JOÃO BARROSO DE SOUZA**  
Procurador-Geral